

Operação Compliance Zero

Flávio e Ciro na nova delação de Vorcaro

Na proposta de colaboração, dono do Master detalha supostos pedidos de dinheiro feitos por senadores e repasses à produção do filme *Dark Horse*, sobre Jair Bolsonaro

» RENATO SOUZA

Quase duas semanas após ter a delação recusada por investigadores da Polícia Federal, o dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, apresentou nova proposta de colaboração premiada, na qual aponta outros nomes de autoridades envolvidas com o esquema fraudulento.

A defesa entregou, na terça-feira, documentos e informações para subsidiar a delação. O conteúdo foi encaminhado à PF e à Procuradoria-Geral da República (PGR). Ambos os órgãos avaliam, desde ontem, o material para saber se, desta vez, existe justificativa para firmar um acordo de colaboração.

Entre os nomes citados por Vorcaro na nova proposta estão os senadores Ciro Nogueira (PP-PI) e Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência da República.

De acordo com fontes ligadas ao caso, Vorcaro descreveu os repasses que fez para a produção do filme *Dark Horse*, sobre a trajetória política do ex-presidente Jair Bolsonaro. Além disso, o dono do Master confirmou os pedidos de Flávio Bolsonaro por dinheiro para supostamente bancar o longa-metragem.

Mensagens divulgadas pelo site Intercept Brasil mostram que Flávio negociou com Vorcaro R\$ 124 milhões para o filme, dos quais pelo menos R\$ 60 milhões foram, de fato, repassados pelo banqueiro. Os investigadores suspeitam que parte dos recursos não foi para a cinebiografia, mas, sim, para bancar o deputado cassado Eduardo Bolsonaro nos Estados Unidos.

Além disso, há a suspeita de que uma parte dos valores teria sido usada para lavagem de dinheiro, a fim de mascarar a origem de recursos ilegais, fruto de prejuízos ao Banco de Brasília (BRB) e de outras operações fraudulentas do Master.

Em declaração na terça-feira, Flávio negou ter cobrado recursos de Vorcaro para a produção do filme. “Não pedi dinheiro para ninguém. Era um dinheiro privado para um filme privado”, disse. O parlamentar alega que não houve ilicitude na operação e o montante recebido foi utilizado para custear o longa, com o pagamento de equipe, locação de equipamentos, gravações e edições.

O senador Ciro Nogueira também está entre os alvos de Vorcaro. O presidente do PP foi alvo da quinta fase da Operação Compliance Zero, deflagrada no mês passado. As equipes policiais cumpriram mandados de busca e apreensão contra ele no Distrito Federal e no Piauí.

Lula Marques e Divulgação



Investigações apontam que Ciro Nogueira atuava no Congresso para beneficiar o Master, banco de Vorcaro

Saiba mais

Ceticismo na PF

» Investigadores da Polícia Federal ainda veem com ceticismo a tentativa de delação do banqueiro Daniel Vorcaro, já que a primeira proposta foi considerada insuficiente e ignorava informações encontradas no telefone celular do dono do Master, como os supostos pagamentos de uma mesada de R\$ 300 mil ao senador Ciro Nogueira (PP-PI).

» Vorcaro também teve vínculos financeiros com os ministros do Supremo Tribunal Federal Dias Toffoli e Alexandre de Moraes. Uma empresa da família de Toffoli vendeu cotas num resort de luxo no interior do Paraná para um fundo ligado ao Master. Já em relação a Moraes há um contrato de prestação de serviço assinado entre o banco de Vorcaro e a advogada Viviane Barci, mulher do ministro do STF.

Milícia armada

A prisão foi determinada por causa da suspeita de que Vorcaro tentou obstruir as investigações por meio da contratação de influenciadores e com uma milícia armada para ameaçar adversários e obter documentos de apurações em curso. No mês passado, o pai dele, Henrique Vorcaro, também foi preso por suspeita de pagamentos aos integrantes dessa milícia.

adiada. Os investigadores cancelaram o encontro com a defesa em razão da necessidade de avaliar o documento que foi entregue.

Vorcaro está preso na Superintendência da Polícia Federal, em Brasília. Na proposta anterior de delação dele foi rejeitada após a PF avaliar que o banqueiro estava escondendo informações e tentando proteger aliados.

Entre os conteúdos presentes na proposta anterior de delação, estava a afirmação de que a esposa do ministro Alexandre de Moraes, Viviane Barci, iria firmar um novo contrato, de R\$ 50 milhões, com o Master. Os valores seriam para serviços de advocacia, mas o contrato não chegou a ser assinado. A revelação foi feita pelo *O Globo* e confirmada pelo *Correio*. Essa informação não está na nova proposta de delação.

» Julgamento do BRB é adiado

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) deve julgar, na próxima semana, uma decisão que autorizou o Distrito Federal a apresentar bens públicos como garantia para um empréstimo voltado a fortalecer o caixa do BRB, afetado pelo esquema fraudulento do Banco Master. O tema estava na pauta de ontem, mas não houve tempo de analisá-lo. O julgamento ocorria no plenário virtual, porém um pedido de destaque do ministro Flávio Dino levou o caso para o plenário físico.

As investigações apontam que Ciro atuou no Congresso em favor do Master em troca de propina. Entre as acusações está a de que o parlamentar apresentou uma emenda para ampliar a cobertura do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), batizada de “emenda Master”.

As buscas contra Ciro foram autorizadas pelo ministro André Mendonça, relator do caso no

Supremo Tribunal Federal (STF). O parlamentar negou, reiteradas vezes, envolvimento em ilegalidade e refutou que tenha apresentado a emenda para beneficiar o Master.

A nova proposta de delação de Vorcaro foi apresentada em uma reunião na segunda-feira, na PGR, mas os novos documentos foram protocolados na terça-feira. Uma reunião estava prevista para ocorrer ontem, porém acabou sendo

JUDICIÁRIO

Eduardo será julgado dia 16

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) julga, no dia 16, a ação em que o deputado cassado Eduardo Bolsonaro é acusado de coação no curso do processo. O ministro Alexandre de Moraes liberou ontem o caso para avaliação dos demais magistrados. Em seguida, o presidente do colegiado, Flávio Dino, definiu a data.

Eduardo é acusado de tentar impedir o julgamento da tentativa de golpe de Estado, em que o pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro, foi condenado a 27 anos e três meses de prisão.

A pena para esse tipo de crime é de quatro anos de reclusão. No entanto, podem ser aplicados agravantes, com possibilidade de aumentar a pena.

O deputado cassado teria atuado para que o governo dos Estados Unidos aplicasse tarifas e tentasse impor outras medidas contra o

Brasil visando impedir o julgamento de Jair Bolsonaro e de outros envolvidos na trama golpista. Entre as ações articuladas por ele estariam tarifas de exportação, suspensão de vistos e a aplicação da Lei Magnitsky contra integrantes do STF.

A Procuradoria-Geral da República (PGR) destacou que Eduardo atuou de maneira concreta e continuada para tentar impedir o papel do Judiciário. “O inconformismo do réu materializou-se em atos concretos de hostilidade e promessas (efetivadas) de retaliação internacional, com o objetivo claro de paralisar as persecuções penais em curso, o que preenche integralmente os requisitos do tipo penal imputado”, sustentou a PGR.

O parlamentar cassado passou a morar nos Estados Unidos não apresentando advogado. Por isso, está sendo defendido pela Defensoria

Reprodução/Redes sociais



Eduardo passou a morar nos EUA e está sendo defendido pela DPU

Pública da União (DPU). O órgão pediu que o processo seja anulado, alegando que o ministro Alexandre de Moraes figura como vítima e não deveria julgar o caso.

“No presente caso, o acusado está sendo processado e será julgado pela autoridade apontada

como vítima direta da conduta que lhe é imputada na denúncia. Assim, qualquer decisão proferida nestes autos estará irremediavelmente comprometida em sua validade”, afirmou as contrarrazões da defesa apresentada no processo. (RS)

NAS ENTRELINHAS

Por Carlos Alexandre de Souza

carlosalexandre.df@dabr.com.br



Lula reage ao realismo internacional

Na abertura da reunião ministerial no Palácio do Planalto, o presidente Lula voltou a abordar um problema crônico nas relações internacionais: a crise do multilateralismo. O chefe de governo brasileiro considera fundamental uma mudança na ordem mundial, marcada pela ação unilateral de grandes potências, de modo a alimentar sucessivas crises e guerras.

Lula pretende renovar o alerta para a crise do multilateralismo em breve — possivelmente, em 15 de junho. “Eu nem ia ao G7. Agora eu vou. Porque é preciso alguém tentar colocar ordem nessa coisa que está acontecendo de desmonte do multilateralismo, desmonte da democracia e desvalorização das instituições. Se a ONU não está funcionando hoje, não é destruindo a ONU que a gente vai consertar o mundo. É fortalecendo a ONU”, argumentou o presidente.

Antes mesmo de assumir o terceiro mandato no Palácio do Planalto, ainda em 2022, Lula fez um giro internacional a fim de dar visibilidade à mudança eleitoral que acabara de ocorrer em uma das maiores democracias do mundo. Ficou conhecido, naquele período, o bordão “O Brasil voltou”. Era um recado para o planeta de que o país reconhecido pelas belezas naturais, pela sua diversidade racial e pela cultura pacífica retornava ao circuito internacional após anos de um suposto apagão na política externa. Não seria exagero dizer que havia, ainda, uma mensagem de esperança ao mundo, de autoria do brasileiro identificado como “o cara” por Barack Obama.

Quatro anos depois, o otimismo de Lula esbarra no realismo que tem marcado as relações internacionais. O recrudescimento da guerra da Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022, e a eleição de Donald Trump em novembro de 2024 tornaram ainda mais desafiadora a ordem mundial. Em diversas ocasiões, até mesmo no plenário das Nações Unidas, em Nova York, Lula ficou rouco de insistir na reforma do Conselho de Segurança e em uma nova governança global, a fim de reduzir os diversos focos de tensão entre os países.

Mas o chefe do governo brasileiro tem falado para as paredes. O multilateralismo vem sofrendo sucessivos reveses, e não há sinal de contemporização. Pelo contrário: o governo Trump pretende levar adiante o lema “Make America Great Again”, com medidas internas e externas que evidenciem o poderio norte-americano. A China, por sua vez, amplia a influência política à medida que o peso econômico se torna cada vez mais revelante. A Rússia mantém a histórica posição de ser um contraponto à Europa e aos Estados Unidos. E a União Europeia tenta calibrar a relação com outros atores internacionais em meio a movimentos internos, particularmente, da extrema-direita, que minam o projeto europeu.

Guerra tarifária, conflitos armados, emergência climática, combate à imigração, ameaças tecnológicas e recessão democrática tornam a conjuntura global complexa. E isso incomoda Lula. Na terceira década do século 21, a incerteza predomina na relação entre as nações. O modelo que assegurou a paz após a Segunda Guerra Mundial mostra sinais de exaustão, e os desafios contemporâneos como o avanço acelerado da tecnologia e a emergência climática demandam uma nova organização no âmbito global.

Interesse nacional

Como um novo entendimento está fora do horizonte, os governantes tendem a atuar em defesa dos interesses nacionais. Isso explica, em parte, o conjunto de medidas anunciadas pelo governo Trump. O protecionismo adotado pelo presidente norte-americano, em linhas gerais, não atinge apenas o Brasil. Representa uma política comercial defendida pelo presidente republicano desde o primeiro mandato na Casa Branca. E parte de uma premissa, controversa, de que as barreiras tarifárias auxiliariam a indústria da América.

Ameaçado por um novo tarifaço, Lula renova o discurso da soberania e reitera a disposição de se buscar um distensionamento internacional. Trata-se de uma preocupação legítima, compatível com as preocupações de um chefe de governo. Mas é, também, uma causa temporária, principalmente em caso de vitória de Flávio Bolsonaro em outubro. Claramente simpatizante do governo Trump, o pré-candidato faz questão de mostrar alinhamento ideológico com a atual administração dos Estados Unidos. E parte de ideias típicas do século 20, como a dicotomia entre direita e esquerda.

É improvável que as preocupações de Lula em relação ao multilateralismo produzam algum impacto na corrida eleitoral. No embate das urnas, será mais importante esclarecer o que o governo brasileiro tem feito para dirimir as novas ameaças tarifárias. Os adversários, por sua vez, deverão insistir na tecla de que o incumbente é responsável pela hostilidade dos Estados Unidos. São as perspectivas locais para um problema global.